

Nota pelos cem anos do ensino superior de Filosofia no Brasil (1908-2008)

Eduardo Tuffani

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

discurso 39

No ano de 2008, os estudos superiores de Filosofia no Brasil completam um século de existência quase ininterrupta. A Faculdade Eclesiástica de São Paulo iniciou suas atividades em março de 1908, mas estas foram de curta duração, pois seus trabalhos foram encerrados em 1914. Em julho de 1908, foi instalada a Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, denominada posteriormente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, depois incorporada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Desde 2002, uma nova Faculdade de São Bento vem oferecendo uma licenciatura em Filosofia. A Academia de Altos Estudos, mais tarde Faculdade de Filosofia e Letras, foi instituída em 1916 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Entre outros cursos, oferecia um de Filosofia e Letras, mas seu funcionamento também foi de curta duração, encerrando as suas atividades em 1921. A Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro funcionou de 1924 a 1937 na então capital federal. Em 1931, foi instalada a Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, também contando com curso de Filosofia, mas não sobreviveu, até onde se sabe, ao conturbado ano de 1932. O Instituto Sedes Sapientiae foi instalado em 1933, oferecendo, entre outros, um curso de Filosofia. O Instituto também foi incorporado à PUC-SP. Em 1934, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras juntamente com a Universidade de São Paulo. A FFCL da USP, a partir desse mesmo ano, passou a oferecer seu curso de Filosofia. Em 1935, fundou-se a Universidade do Distrito Federal (UDF), mas o curso de Filosofia, na Escola de Filosofia e Letras, teve início somente no ano seguinte. A Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, unidade da Universidade do Brasil (UB), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), só foi instituída em 1939, com a extinção da UDF e a transferência dos seus cursos para a UB. Nessa ocasião, os cursos superiores foram padronizados e assim se mantiveram por cerca de duas décadas. Por volta de 1940, os cursos de Filosofia no Brasil já estavam consolidados, ainda que fossem pouco numerosos. Segundo esta breve introdução, o

primeiro curso criado e instalado foi o diocesano da Faculdade Eclesiástica, depois elevada a faculdade pontifícia. O curso de Filosofia da PUC-SP é o mais antigo em atividade, uma vez que é oriundo da antiga Faculdade Livre beneditina, que chegou a ser agregada à Universidade de Louvain.

Sob o episcopado de dom Duarte Leopoldo e Silva, foi criada a Faculdade Eclesiástica de São Paulo, obra de monsenhor Maximiano da Silva Leite. A Faculdade Eclesiástica passou a funcionar regularmente em 1º de março de 1908 (Mendonça 25, p. 13). A Faculdade oferecia um curso de Filosofia com duração de três anos e podia conferir o grau de doutor em Filosofia (Faculdade 13, p. 198). Convertido o Seminário Maior de São Paulo em Seminário Provincial, a Faculdade anexa ao Seminário tornou-se uma faculdade pontifícia por meio de decreto do papa Pio X (citado em Mendonça 25, p. 14), instalada pontificalmente em 14 de junho de 1908 (Faculdade 17, p. 235)¹. Nessa ocasião, o Colégio Doutoral era composto pelos seguintes dignitários: o chanceler dom Duarte Leopoldo e Silva, o vice-chanceler dom Miguel Kruse, o reitor monsenhor Maximiano da Silva Leite, o secretário padre João Batista de Siqueira e o lente catedrático padre Sebastião Leme da Silveira Cintra.

De orientação católica, foram professores da Faculdade os padres doutores João Batista de Siqueira (História da Filosofia e Metafísica Especial), Sebastião Leme da Silveira Cintra (Metafísica Geral e Lógica), Joaquim Domingues de Oliveira (Literatura Portuguesa), José Tupinambá da Frota (Filosofia Moral e Sociologia) e o literato Álvaro Guerra (Literatura) (Seminário 37, p. 139; Mendonça 25, p. 25). Como não se dispõe de um programa do curso de Filosofia, nem do quadro de seus professores, torna-se difícil uma exposição mais detalhada. É certo que também atuaram na Faculdade Eclesiástica os monsenhores Francisco de Pau-

¹ Em Mendonça (25, p. 13), houve um lapso, que fez com que o evento ficasse registrado como tendo ocorrido em 14 de julho.

la Rodrigues e Charles Sentroul e dom Lourenço Lumini, os três ligados à Faculdade Livre de Filosofia do Mosteiro de São Bento (Mendonça 25, p. 13). Em 26 de dezembro de 1910, houve a cerimônia de colação de grau dos primeiros bacharéis da Faculdade Eclesiástica (Seminário 36, p. 100), realizando-se então o desejo de dom José de Camargo Barros, antecessor de dom Duarte Leopoldo e Silva e idealizador da reforma do Seminário Maior de São Paulo. A Faculdade encerrou as suas atividades em 1914, pois a Arquidiocese privou a Faculdade de seu principal docente, o padre Sebastião Leme da Silveira Cintra (Mendonça 25, p. 26), após o que se afastaram o monsenhor Maximiano da Silva Leite e os padres João Gualberto do Amaral e João Batista de Siqueira. A Faculdade Eclesiástica de São Paulo vem citada como “Pontifícia Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo” numa de suas principais fontes (*id.*, *ibid.*). Infelizmente não foi possível consultar os *Statuta Facultatis Ecclesiasticae Sancti Pauli in Brasilia apud Seminarium Provinciale* (citados em Lacombe 22, p. 152).

A Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo foi uma iniciativa de dom Miguel Kruse, abade do Mosteiro de São Bento. A Faculdade Livre beneditina teve início no dia 15 de julho de 1908 (Relatório 34, p. 14), quando o monsenhor Charles Sentroul, formado pela Universidade de Louvain, deu sua primeira aula no curso de Filosofia. Faziam parte do Conselho dos Estudos Universitários o presidente dom Miguel Kruse, o monsenhor Francisco de Paula Rodrigues, o conselheiro Manuel A. Duarte de Azevedo, o Barão Brasília Machado e os doutores Adolfo Augusto Pinto, Reinaldo Porchat, José Bonifácio de Oliveira Coutinho e José Brant de Carvalho. Posteriormente, o dr. Manuel de Alvarenga integrou o Conselho na qualidade de secretário. O curso era dado à noite, com aulas em francês, sendo ministradas cinco aulas por semana (*id.*, *ibid.*, p. 31). Na Faculdade Eclesiástica, modelada pela Universidade Gregoriana, o ensino se dava por meio da língua latina (Mendonça 25, p. 25). O programa do curso beneditino era como se segue: 1º ano, Criteriologia e Psicologia; 2º ano, Cos-

mologia, Teodiceia e Metafísica; 3º ano, Filosofia Moral e História da Filosofia (Relatório 34, p. 33). Como o curso era de Filosofia e Letras, cumpre esclarecer que por “Letras” eram tratadas “a litteratura em geral e as sciencias historicas e sociaes” (Estatutos 11, p. 19). Pouco depois, a Faculdade Livre contou com lentes de História e de Literatura.

No *Anuário* de 1911, a Faculdade Livre apresentou seu corpo docente então constituído de monsenhor doutor Charles Sentroul (Filosofia e substituto para Literatura Francesa), dr. Afonso d’Escragnolle Taunay (História) e dom Miguel Kruse (Literatura). Mais tarde lecionaram Literatura cômego Manfredo Leite e Literatura Portuguesa monsenhor doutor Silveira Barradas. Mantida a duração de três anos para o estudo da Filosofia, a História e a Literatura eram estudadas “cada materia, num só dos tres annos do curso” (Extractos 12, p. 12), conferindo-se o título de bacharel em Filosofia e Letras da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo (*id.*, *ibid.*, p. 13). Para obter o grau de doutor, o interessado devia apresentar “dissertação impressa e publicada depois da aprovação do ‘Conselho dos Estudos Universitarios’, ao menos um mez antes da data fixada para a defesa publica” (*id.*, *ibid.*, p. 13-4). Uma vez agregada à Universidade de Louvain, os graduados da Faculdade Livre podiam obter os graus do Instituto Supremo de Filosofia de Louvain (*id.*, *ibid.*, p. 14). Em 1911, houve a conclusão de curso da primeira turma da Faculdade Livre de Filosofia, ocorrendo a colação de grau de bacharel em Filosofia e Letras em 11 de abril de 1912. Os primeiros bacharéis foram os senhores Alexandre Correia, Carlos de Moraes Andrade, Vicente Rao, Antônio Define, Onofre Ovídio de Albuquerque, Raul Correia da Silva e José Bueno de Oliveira Azevedo (Relatório 33, p. 19-20). Em 1914, o Conselho da Faculdade Livre outorgou o grau de doutor em Filosofia e Letras ao Conde Carlos de Laet². A Faculdade Livre in-

2 “Resolveu o Conselho dos Estudos Universitarios, na sua ultima reunião, conferir o gráu de Doutor *honoris causa* em philosophia e letras, ao illustre jornalista brasileiro,

terrompeu suas atividades em 1917 em razão da Primeira Guerra Mundial, nesse mesmo ano embarcou para a Europa monsenhor Charles Sentroul. Os trabalhos foram retomados em 1922 com novo professor de Filosofia, dr. Leonardo van Acker.

Antes da fundação da Universidade de São Paulo, a primeira com Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras instalada³, fundaram-se a Universidade de Manaus (1909), a primeira Universidade de São Paulo, de iniciativa privada (1911), a Universidade do Paraná (1912), a Universidade do Rio de Janeiro (1920) e a Universidade de Minas Gerais (1927). A USP foi criada em 25 de janeiro de 1934, e a Universidade de Porto Alegre em 28 de novembro desse mesmo ano. Das universidades anteriores à USP, só as duas primeiras abriram espaço para as Humanidades, pois as demais reuniam as faculdades tradicionais de Direito, Medicina e Engenharia. Como a legislação para o ensino superior estava por implantar, existindo somente para os cursos tradicionais, cabia à escola secundária a concessão do título formal, o de bacharel em Ciências e Letras. Por essa razão, as primeiras universidades não investiram, por exemplo, em Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Em 17 de janeiro de 1909, fundou-se a Escola Universitária Livre de Manaus (Passos 28, p. 71), estabelecida em 15 de março de 1910 (*id.*, *ibid.*, p. 73). A partir de 13 de julho de 1913, passou a ser chamada Universidade de Manaus (*id.*, *ibid.*, p. 86). Entre as unidades da Universidade, havia uma Faculdade de Ciências e Letras, que era uma escola secundária tendo por modelo o Ginásio Nacional (*id.*, *ibid.*, p. 71), assim denominado então o Colégio Pedro II. Pouco depois, a Faculdade de Ciências e Letras deixou

Snr. Conde de Laet, procurando assim galardoar os esforços empregados pelo erudito homem de letras, na defesa dos sãos princípios da moral, da justiça e do profundo bom senso” (Collação 8, p. 11).

³ O ministro Francisco Campos, da Educação e Saúde Pública, reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro com o Decreto n° 19.852, de 11 de abril de 1931, fundando uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras que nunca foi instituída. A FFCL da USP foi a primeira faculdade oficial de Filosofia.

de oferecer o curso secundário, passando a ocupar-se de um curso preparatório (Passos 28, p. 87-8). A Universidade de Manaus estava ligada ao Ciclo da Borracha, deixando de existir em 1926, quando foi substituída, em 1º de maio, pela Associação Vulgarizadora do Ensino, que tomou para si o encargo de algumas unidades remanescentes (Associação 4, p. 100). A primeira Universidade de São Paulo foi criada em 19 de novembro de 1911 (Universidade 40, p. 5) e inaugurada em 23 de março de 1912 (*id.*, *ibid.*). Apesar de sua principal fonte datar de 1917, deve ter-se mantido em funcionamento até 1919⁴. No que diz respeito às Humanidades, possuía três unidades: Escola Secundária, Escola de Ciências e Letras e Escola Superior de Filosofia, História e Literatura, “escola de cultura transcendente” (*id.*, *ibid.*, p. 7). De nível superior, a Escola de Ciências e Letras ficou sem instalação por falta de público. A Escola Secundária teve frequência (*id.*, *ibid.*, p. 8), reduzindo-se o número de matrículas com o passar do tempo (*id.*, *ibid.*, p. 113). A Escola Superior para “cultura transcendente” não era uma escola regular nem chegou a funcionar, pois foi substituída em 7 de dezembro de 1914 pela Universidade Popular (*id.*, *ibid.*, p. 115), em que se davam lições públicas e semanais (*id.*, *ibid.*, p. 89), uma verdadeira escola de extensão. O fato de ter sido uma instituição privada e a concorrência das faculdades públicas devem ter contribuído para que a primeira USP encerrasse suas atividades⁵. Tratou-se aqui das duas primeiras universidades brasileiras por terem tentado adequar à legislação vigente seus cursos ligados às Humanidades e por serem desconhecidas ainda em parte do meio acadêmico.

Mantida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia de Altos Estudos foi fundada em 12 de outubro de 1915 e instalada em 25 de março de 1916. Entre os cursos oferecidos pela Academia, havia um de Filosofia e Letras com duração de três

4 Segundo pesquisa em andamento (cf. Tuffani 39).

5 O estabelecimento da primeira USP provavelmente deve ter feito com que o governo estadual inaugurasse sua própria escola de Medicina em 1913.

anos. O primeiro curso de Filosofia do Rio de Janeiro não formou turma na primeira fase da Academia⁶, depois chamada Faculdade de Filosofia e Letras. Continuação da Academia, a Faculdade de Filosofia e Letras foi inaugurada em 17 de março de 1919, mantendo seus cursos em atividade até 1921. O programa do curso de Filosofia e Letras era o seguinte: 1º ano (História da Língua Portuguesa, Dialetolegia, Estilística; Psicologia; História da Literatura Antiga, Grega e Latina; História da Literatura Moderna, da Novilatina e da Anglo-Germânica), 2º ano (Filologia Comparada das Línguas Românicas; História das Religiões; Estética e História da Arte; História da Literatura Portuguesa e da Brasileira), 3º ano (Filosofia Geral e História da Filosofia; Economia Política; Filosofia e História do Direito; Sociologia) (Regulamento 31, p. 6-7). Dos cursos da Faculdade, só houve conclusão nas turmas de Filosofia e Letras e Ciências Políticas e Sociais (Listas 23). Ao contrário dos dois primeiros cursos superiores de Filosofia, no oferecido pela Faculdade do IHGB, a Filosofia ocupava um espaço mais reduzido, das cinco disciplinas de Letras, no entanto, só três foram ministradas (*id.*, *ibid.*, f. 4). O título de bacharel em Filosofia e Letras era equiparado ao de Ciências e Letras concedido pelos ginásios oficiais (Regulamento 31, p. 24). Quanto ao doutorado, a Faculdade o regulamentava:

O gráo e titulo de *doutor* serão conferidos ao bacharel ou ao professor que apresentar these original, impressa, defendida perante comissão eleita pela Congregação, e por ella aprovada [...] Por dous terços dos votos dos professores em exercicio poderá a Congregação conferir o gráo e o titulo de doutor ao professor que tenha prestado relevantes serviços á Faculdade (*id.*, *ibid.*, p. 4).

6 Da primeira fase da Academia, colaram grau os bacharéis em Ciências Políticas e Sociais (Faculdade 16, p. 284). Consultados anteriormente, não foi possível fazer uso agora dos Estatutos da Academia de Altos Estudos (Regulamento 31). O programa do curso de Filosofia e Letras encontra-se às p. 4-5 da obra sem localização. O Regimento interno da Universidade de São Paulo (Relatório 33) ainda não foi consultado, pois o único exemplar de que se tem notícia também não foi encontrado.

Em 1924, a Faculdade, já com seus cursos desativados, conferiu o título de doutor em Filosofia a Afonso Celso de Assis Figueiredo, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Diploma 10). O corpo docente do curso de Filosofia, não levando em conta as disciplinas de Letras, era constituído pelos professores efetivos: Juliano Moreira (Psicologia), Afrânio de Melo Franco (História das Religiões), Luís Betim Paes Leme (Estética e História da Arte), Laudelino Freire (Filosofia Geral e História da Filosofia), Afonso Celso de Assis Figueiredo (Economia Política), Levi Carneiro (Filosofia e História do Direito) e Júlio Afrânio Peixoto (Sociologia) (Faculdade 14, p. 869). Posteriormente, José Maria Moreira Guimarães assumiu História das Religiões, e A. de B. Ramalho Ortigão e Jônatas Serrano foram professores interinos, respectivamente, de Economia Política e de Filosofia e História do Direito (*idem* 15, p. 729).

Segundo Modesto de Abreu, a Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro funcionou de 1924 “até as imediações de 1937” (citado em Paim 27, p. 94). Das antigas faculdades de Filosofia, é agora a menos conhecida. Entre os fundadores dessa Faculdade, são citados os doutores Nicanor Nascimento, Washington Garcia e Inácio Raposo e os generais José Maria Moreira Guimarães e Samuel de Oliveira (*id., ibid.*, p. 95). O curso tinha duração de três anos e oferecia as seguintes disciplinas: Antropologia, Metafísica, História da Civilização, Arqueologia, História das Religiões, Moral Comparada, Estética, Sociologia, História da Filosofia, Filosofia do Direito, História da Arte e Teoria do Conhecimento (*id., ibid.*). Inicialmente, a Faculdade “funcionava na Praça 15 de Novembro, em dependências da Academia de Comércio, cujo prédio pertencia à Cúria Metropolitana” (*id., ibid.*). A primeira conclusão de curso deu-se em 1926, e a Faculdade “conferia a láurea doutoral mediante defesa e aprovação de uma tese sobre cada uma das matérias do curso” (*id., ibid.*). Também segundo Modesto de Abreu, houve doutorados, entre eles o seu e de seus colegas, pois

ele tornou-se professor dessa Faculdade de Filosofia (Paim 27). Não resta dúvida de que a Faculdade existiu, formou turmas, fazendo parte do cenário intelectual do Rio de Janeiro. Merece a Faculdade, entretanto, um estudo mais profundo, sobretudo no que diz respeito ao quadro docente e aos doutorados conferidos. Esse trabalho pode ser difícil, assim como foi a pesquisa para ter-se alguma informação acerca da Faculdade Paulista de Letras e Filosofia (Tuffani 39).

Em 1922, a Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo retomou suas atividades, tendo como professor de Filosofia o dr. Leonardo van Acker. Em 1924, Leonardo van Acker era titular de Metafísica e Alexandre Correia, titular de Moral, bacharel pela Faculdade e doutor em Filosofia pela Universidade de Louvain. A Faculdade Livre ofereceu em 1925 o primeiro curso superior de Letras *stricto sensu* brasileiro, um curso de Filologia Clássica (Latim e Grego) (Relatório 35, p. 20). Alexandre Correia foi o primeiro professor desse curso de Letras, e Leonardo van Acker, o segundo, doutor em Filosofia e também em Letras. Em 1931, a então chamada Faculdade de Filosofia e Letras de São Bento apresentava o seguinte programa em seu curso de Filosofia e Letras: 1º ano) Introdução à Filosofia, Cosmologia, Psicologia, Filosofia das Belas-Letras, Literatura Luso-Brasileira; 2º ano) Psicologia, Metafísica, História da Filosofia; 3º ano) Crítica, Questões Especiais, Moral Geral, Filosofia do Direito (Regulamento 32, p. 99). O título de bacharel era conferido aos graduados em Filosofia e Letras, e um atestado de conclusão de curso aos formandos em Filologia Clássica, mantendo-se aos interessados o título de doutor em Filosofia e Letras, conforme regulamentação exposta anteriormente (*id.*, *ibid.*, p. 100).

O ministro Francisco Campos reformou o ensino universitário com o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, instituindo o Estatuto das Universidades Brasileiras (citado em Lobo 24, p. 42). Antes disso, não havia legislação plena para o ensino superior, daí o atestado para os formandos em Filologia Clássica da Faculdade

de São Bento. Com o Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, o governo federal criou a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que ficou por instalar. A primeira faculdade instalada após o Estatuto foi a Faculdade Paulista de Letras e Filosofia em 1º de junho de 1931 (Tuffani 39, f. 5)⁷. A Faculdade Paulista vem por vezes citada erroneamente como “Faculdade de Letras e Filosofia de São Paulo” (Isoldi 21, f. de rosto; Lacombe 22, p. 155). Em 27 de novembro de 1930, intelectuais paulistas fundaram a Sociedade de Filosofia e Letras de São Paulo (Campos 7, p. 421-2), entidade que deu origem à Faculdade Paulista. O Conselho Superior da Faculdade era composto pelas seguintes pessoas: diretor José de Alcântara Machado, vice-diretor Ricardo Severo, secretário geral Antonio Piccarolo, consultor jurídico Spencer Vampré e tesoureiro Artur Mota (Tuffani 39, f. 7). A Faculdade Paulista oferecia cursos de Letras e de Filosofia, mas o de Letras era um curso de Letras e História, e não de Letras *stricto sensu* (*id.*, *ibid.*, f. 9). Previa-se a concessão de títulos de doutor segundo as especialidades ou o conjunto delas oferecido pela Faculdade (*id.*, *ibid.*, f. 8). Pertenciam ao curso de Filosofia as cadeiras obrigatórias de Biologia (prof. Ulisses Paranhos), Psicologia (prof. Manuel Bergström Lourenço Filho), Lógica, Estética, Sociologia, História da Educação, História da Filosofia e História das Religiões (*id.*, *ibid.*, f. 8). Alguns professores estavam sem cadeira designada por ocasião da abertura dos cursos da efêmera Faculdade. A Faculdade Paulista, ao que tudo indica, não sobreviveu ao ano do Movimento Constitucionalista (*id.*, *ibid.*, f. 5).

Em 1º de março de 1933, tiveram início os trabalhos do Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, posteriormente incorporado à Pontifícia Universidade Católica de

7 Procura-se anotar as datas quando se trata de faculdades ou universidades ainda pouco conhecidas, apesar de haver algumas fontes secundárias que já delas trataram.

São Paulo com o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae. Fundado pelas cónegas de Santo Agostinho de Nossa Senhora de Jupille, o Instituto Sedes Sapientiae era formado pelas seguintes unidades: Faculdade de Letras, Faculdade de Ciências e Instituto Superior de Educação (Instituto 20, p. 295). Na Faculdade de Letras, concediam-se os diplomas de Filosofia, Letras (Letras Clássicas e Vernáculas), História e Geografia e Línguas (Letras Estrangeiras) (*id.*, *ibid.*). Os cursos tinham duração de três anos, e previa-se curso de doutorado:

A candidata [o corpo discente era feminino] ao diploma de doutora, tendo obtido a licença em qualquer das séries, deverá preparar-se pelo curso especializado sob a direção de professor catedrático, para defender uma tese (*id.*, *ibid.*).

O curso de Filosofia era composto pelas cadeiras de Filosofia, História da Filosofia e Sociologia Geral (*id.*, *ibid.*). Do curso de Filosofia, eram lentes do Instituto os doutores José Danti (Filosofia Moral), Alexandre Correia (Filosofia e História da Filosofia) e Leonardo van Acker (Filosofia e Filosofia da Educação) (*id.*, *ibid.*, p. 298; Campos 6, p. 328).

Fundada em 25 de janeiro de 1934, sob o governo de Armando de Salles Oliveira, a Universidade de São Paulo foi instalada em 11 de março desse mesmo ano. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, faziam parte da Seção de Filosofia as cadeiras de Filosofia, História da Filosofia, Filosofia das Ciências e Psicologia (Anuário 1, p. 3). O programa do curso de Filosofia era como se segue: 1º ano) Filosofia Geral e Psicologia, Sociologia; 2º ano) Filosofia Geral e História da Filosofia, Filosofia Moral e Social, Sociologia; 3º ano) Filosofia Geral e História da Filosofia, Lógica e Filosofia das Ciências, Sociologia (*id.*, *ibid.*, p. 215). Dispondo de uma missão de professores estrangeiros, a FFCL da USP contratou para o curso de Filosofia Étienne Borne e Jean Maugüé, brilhantes professores de liceus parisienses. Étienne Borne assumiu as cadeiras

de Filosofia e Psicologia, mas ficou muito pouco tempo à frente do curso de Filosofia, deixando a FFCL em 1935. Jean Mauguïé foi responsável pelas mesmas cadeiras e ficou na FFCL de 1935 a 1944, deixando marca profunda nos alunos que formou. É impossível aqui resumir “Certidão de nascimento”, capítulo do livro *Um departamento francês de ultramar* (Arantes 3, p. 61-87). Nesse trabalho, há um longo relato da atividade de Jean Mauguïé no terceiro curso leigo de Filosofia *stricto sensu* criado no Brasil. Não se deve, porém, deixar sem menção algumas linhas que resumem as diretrizes do ensino de Jean Mauguïé: “Filosofia não se ensina, quando muito ensina-se a filosofar” (citado em *id., ibid.*, p. 63); “O ensino da Filosofia deverá ser principalmente histórico” (citado em *id., ibid.*, p. 71-2). Arrematando as duas citações, chega-se a seguinte lição:

Se é verdade que não se pode jamais ensinar Filosofia a não ser historicamente, como queria Kant, a leitura dos clássicos vem a ser então o único meio de aprender a filosofar (citado em *id., ibid.*, p. 72).

A primeira conclusão de curso deu-se em 1936, realizando-se a colação de grau dos primeiros formandos da FFCL em 25 de janeiro de 1937 (Noticiário 26, p. 184). Entre os dez graduados em Filosofia, encontravam-se João Cruz Costa e Lívio Teixeira (*id., ibid.*, p. 190), logo a seguir professores assistentes do curso de Filosofia.

A Universidade do Distrito Federal foi concebida por Anísio Teixeira quando diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, então capital federal. Entre suas unidades, estava a Escola de Filosofia e Letras, integrando a Seção de Filosofia as matérias de Filosofia, Filosofia das Ciências, Estética, História da Filosofia, Psicologia e História Geral da Civilização (Prefeitura 29, p. 18-9). A UDF destacava-se por abrir espaço para os cursos não acolhidos nas universidades que se limitavam a congregar os cursos tradicionais, sendo a única exceção a Universidade de São

Paulo. Compunham a UDF as seguintes unidades: Instituto de Educação, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e Letras e Instituto de Artes (Prefeitura 29, p. 4). Fundada em 4 de abril de 1935, a UDF foi inaugurada em 31 de julho seguinte. Para o ano de 1935, não havia previsão de oferta do curso de Filosofia, o que só ocorreu em 1936. Também contando com missão estrangeira, a UDF teve como professores Émile Bréhier, da Universidade de Paris, para História da Filosofia (Bréhier 5, p. 5) e Étienne Souriau, da Universidade de Lyon, para Psicologia e Filosofia (*id.*, *ibid.*, p. 93). A Universidade do Distrito Federal apresentava o projeto mais interessante no que diz respeito às Humanidades, evitando, por exemplo, duplas ou triplas habilitações. Na Seção de Filologia, como inovação, oferecia-se a matéria de Linguística (Prefeitura 29, p. 19). Iniciativa do então Distrito Federal, a UDF incomodou o governo central com a sua Universidade do Rio de Janeiro, possuidora das mais antigas escolas tradicionais. Quanto ao desfecho da UDF, será tratado aqui quando for feita referência à instituição da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras.

Com o Decreto-Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, a Universidade do Rio de Janeiro sofreu nova reorganização, passando a chamar-se Universidade do Brasil. Data da época a criação da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras. A Faculdade Nacional de Filosofia começou a existir de fato quando o governo federal extinguiu a Universidade do Distrito Federal por meio do Decreto-Lei nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939, transferindo para a UB as unidades de ensino da UDF. A FNF ou FNF*i* foi organizada com o Decreto nº 1.190, de 4 de abril de 1939, e instalada em 21 de julho de 1939⁸. Para a segunda missão estrangeira, foi contratado o pensador católico francês René Lucien Poirier. Em meados de 1941, o corpo docente das duas cadeiras de Filosofia era com-

8 Leitura obrigatória para a história da FNF*i* são os Depoimentos (Fávero 19).

posto por: Maurílio Teixeira Leite Penido, professor contratado, assistentes Celso Lemos e Álvaro Borges Vieira Pinto (Filosofia), Reinhold José Augusto Berge, professor catedrático interino, e René Lucien Poirier, professor estrangeiro contratado (História da Filosofia)⁹. O programa do curso de Filosofia, segundo o Decreto nº 1.190, era assim exposto: 1º ano) Introdução à Filosofia, Psicologia, Lógica, História da Filosofia; 2º ano) Psicologia, Sociologia, História da Filosofia; 3º ano) Psicologia, Ética, Estética, Filosofia Geral (Fávero 19, p. 80-1). O Decreto nº 1.190 deu início à padronização dos cursos superiores, numa ingerência muito infeliz do governo federal. Se o curso de Filosofia não foi tão atingido, nos de Letras e História houve verdadeiras distorções, como o curso de Letras Neolatinas, que habilitava o graduado em francês, italiano, espanhol, latim e português¹⁰.

Em 12 de novembro de 1940, o Conselho Nacional de Educação reconheceu os cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Letras Clássicas e Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, uma vez de acordo com o Decreto nº 1.190 (Reconhecimento 30, p. vi). Nessa ocasião, faziam parte do corpo docente da segunda faculdade brasileira de Filosofia os professores doutores Alexandre Correia (História da Filosofia e Ética) e Leonardo van Acker (Metafísica, Filosofia da Educação e Lógica) (*id.*, *ibid.*, p. iv). Ao referir-se ao reconhecimento da Faculdade de São Bento, a Redação equivocou-se, pois afirmou que: “A princípio funcionavam somente os cursos de Filosofia e Letras Clássicas” (*id.*, *ibid.*, p. v). Como foi exposto, o curso de Filosofia data

9 Reinhold José Augusto Berge vem como “professor catedrático italiano” (Fávero 19, p. 37), provável lapso por “professor catedrático interino”. Conhecido como Frei Damiano Berge, tal professor não era italiano, mas natural do Rio de Janeiro, nem havia defendido ainda a sua tese de cátedra, o que se deu em 1948 para a cadeira de Língua e Literatura Grega, trabalho (452 p.) intimamente ligado à Filosofia, intitulado *O logos heraclítico: introdução ao estudo dos Fragmentos*, publicado em 1969 no Rio de Janeiro pelo Instituto Nacional do Livro.

10 Um ato ministerial estendeu a habilitação de Latim a todos os licenciados em Letras (cf. Faria 18, p. 288).

de 1908, e o de Filologia Clássica só foi implantado em 1925.

Com a padronização imposta pelo Decreto nº 1.190 e legislação complementar, os cursos mantiveram a duração de três anos, reservando-se um quarto ano para a formação pedagógica, com o que se distinguiu o bacharel do licenciado (Anuario 2, p. 15-6). Na Universidade de São Paulo, por volta de 1940, eram professores do curso de Filosofia Jean Maugüé, João Cruz Costa e Lívio Teixeira. Em 9 de dezembro de 1941, o Conselho Universitário aprovou o regimento para o curso de doutorado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (*id.*, *ibid.*, p. 399). João Cruz Costa doutorou-se em 11 de novembro de 1942 (*id.*, *ibid.*, p. 401), e Lívio Teixeira, em 14 de setembro de 1944 (*id.*, *ibid.*, p. 403). Essas duas primeiras teses foram depois publicadas pela FFCL da USP (Costa 9; Teixeira 38). A partir de 1942, com a legislação complementar, os cursos superiores estavam padronizados, e outras FFCLs passaram a ser fundadas, divulgando-se o ensino de Filosofia no Brasil. A fase do antigo bacharelado em Ciências e Letras estava encerrada. Buscou-se aqui tratar dos primeiros cursos superiores de Filosofia fundados e instalados no país. Por essa razão, consolidados os cursos, até mesmo o de doutorado, o texto não vai mais além no tempo.

Bibliografia

1. ANUARIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Revista dos Tribunais/Universidade de São Paulo, 1934-5.
2. ANUARIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1939-49 (1).
3. ARANTES, P. E. *Um departamento francês de ultramar. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana: uma experiência nos anos 60*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
4. ASSOCIAÇÃO Vulgarizadora do Ensino antiga Universidade de Manaus. In: *Almanak Laemmert: Anuario Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil: Estados do Norte*, 83 (3), 1927, Rio de Janeiro, p. 100-1.
5. BRÉHIER, É. *et al. Lições inaugurais da missão universitária francesa durante o ano de 1936*. Rio de Janeiro: Universidade do Distrito Federal, 1937.
6. CAMPOS, E. de S. *Instituições culturais e de educação superior no Brasil: resumo*

- histórico. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Imprensa Nacional, 1941.
7. _____. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Saraiva/Universidade de São Paulo, 1954.
 8. COLLAÇÃO de graus acadêmicos. In: *Anuario da Faculdade Livre de Philosophia e Letras de S. Paulo*, 6, 1914, São Paulo, p. 11-5.
 9. COSTA, J. C. “Ensaio sôbre a vida e a obra do filósofo Francisco Sanchez”. In: *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, 29, e *Boletim da Faculdade de Filosofia*, 1, 1942, São Paulo, Universidade de São Paulo [119 p.].
 10. DIPLOMA de Doutor em Filosofia conferido a Afonso Celso de Assis Figueiredo pela Faculdade de Filosofia, Rio de Janeiro, 31-12-1924.
 11. ESTATUTOS da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de S. Paulo. In: *Anuario da Faculdade Livre de Philosophia e Letras de S. Paulo*, 2, 1909, São Paulo, p. 19-23.
 12. EXTRACTO dos Estatutos da Faculdade Livre de Philosophia e Letras de S. Paulo. In: *Anuario da Faculdade Livre de Philosophia e Letras de S. Paulo*, 3, 1911, São Paulo, p. 11-5.
 13. FACULDADE de Philosophia. In: *Boletim Ecclesiastico: Orgam Official da Diocese de S. Paulo*, 3 (10), abril de 1908, São Paulo, p. 198-9.
 14. FACULDADE de Philosophia e Letras. In: *Almanak Laemmert: Anuario Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Districto Federal*, 76 (1), 1919-20, Rio de Janeiro, p. 869.
 15. FACULDADE de Philosophia e Letras. In: *Almanak Laemmert: Anuario Commercial, Industrial, Agricola, Profissional e Administrativo da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Districto Federal*, 77 (1), 1921, Rio de Janeiro, p. 729.
 16. FACULDADE de Philosophia e Letras. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 151 (367), abril/junho de 1990, Rio de Janeiro, p. 284-7.
 17. FACULDADE Ecclesiastica de S. Paulo. In: *Boletim Ecclesiastico: Orgam Official da Diocese de S. Paulo*, 3 (12), junho de 1908, São Paulo, p. 235-7.
 18. FARIA, E. *Introdução à didática do latim*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
 19. FÁVERO, M. de L. de A. (coord.). *Projeto ou trama universitária?* Rio de Janeiro: UFRJ, 1989 [Série Faculdade Nacional de Filosofia, 1].
 20. INSTITUTO Superior de Pedagogia, Ciências e Letras, “Sedes Sapientiae”, de São Paulo. In: *Revista Brasileira de Pedagogia: Órgão Oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação*, 4 (20), novembro de 1935, Rio de Janeiro, p. 295-8.
 21. ISOLDI, F. *Preleções de introdução á historia e critica historica*. São Paulo: Faculdade de Letras e Filosofia de S. Paulo, 1932.
 22. LACOMBE, A. J. *Introdução ao estudo da história da Brasil*. São Paulo: Nacional/Universidade de São Paulo, 1974.
 23. LISTAS de alunos que fizeram exames na Faculdade de Filosofia e Letras oriunda da Academia de Altos Estudos, Rio de Janeiro, 1919-21 [14 docs.].
 24. LOBO, F. B. *UFRJ: subsídio à sua história*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980.
 25. MENDONÇA, A. F. de. “Reitor e administrador do patrimônio do Seminário Central e Provincial de São Paulo (1904-1914) e Reitor da Pontifícia Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo (1908-1914)”. In: SILVA, L. M. de C. e & SILVA, M. de C. e (orgs.). *Monsenhor Maximiano da Silva Leite: 1902-28 de outubro de 1952. Poliantéia comemorativa do 50º aniversário de sua ordenação sacerdotal*. Mogi-Mirim: Cardona, 1952, p. 6-31.

26. NOTICIÁRIO. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. São Paulo: Universidade de S. Paulo, 1936, p. 84-207.
27. PAIM, A. *Bibliografia filosófica brasileira*, v. 1. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1983.
28. PASSOS, A. “Relatório geral da Universidade de Manaus apresentado á Congregação da mesma Universidade”. In: *Archivos da Universidade de Manaus*, 4 (3), julho-dezembro de 1914, Manaus, p. 69-134.
29. PREFEITURA do Distrito Federal. *Universidade do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, 1935.
30. RECONHECIMENTO dos cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Letras Clássicas e Pedagogia. In: *Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento*, 1, novembro de 1940, São Paulo, p. v-vii.
31. REGULAMENTO da Faculdade de Philosophia e Letras: antiga Academia de Altos Estudos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919 [17 pp.].
32. REGULAMENTO interno da Faculdade de Filosofia e Letras de São Bento. In: *Revista da Faculdade de Filosofia e Letras de São Bento*, 4, março de 1931, São Paulo, p. 99-102.
33. RELATÓRIO da Faculdade Livre de Philosophia e Letras de São Paulo. In: *Anuário da Faculdade Livre de Philosophia e Letras de S. Paulo*, 4, 1912, São Paulo, p. 11-29.
34. RELATÓRIO do primeiro anno da Faculdade Livre de Philosophia e Letras de São Paulo. In: *Anuário Faculdade Livre de Philosophia e Letras*, 1, 1908, São Paulo, p. 5-34.
35. RELATÓRIO sobre o movimento da Faculdade de Philosophia e Letras, durante o anno lectivo de 1925. In: *Anuário Faculdade de Philosophia e Letras de São Paulo*, 13, 1925, São Paulo, p. 17-20.
36. SEMINÁRIO Provincial. In: *Boletim Ecclesiastico: Organ Official da Provincia de S. Paulo*, 5 (1), janeiro de 1910, São Paulo, p. 100-3.
37. SEMINÁRIO Provincial e Faculdade Ecclesiastica. In: *Boletim Ecclesiastico: Organ Official da Archidiocese de S. Paulo*, 4 (7/8), janeiro/fevereiro de 1909, São Paulo, p. 139-40.
38. TEIXEIRA, L. “Nicolau de Cusa: estudo dos quadros históricos em que se desenvolveu seu pensamento e análise dos livros I e II do “De docta ignorantia””. In: *Revista de História*, 2 (5): p. 19-41; 2 (6): p. 283-305; 3 (7): p. 71-84, 1951, São Paulo, Sociedade de Estudos Históricos.
39. TUFFANI, E. “A Faculdade Paulista de Letras e Filosofia: 1º de junho de 1931”. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007 [Trabalho inédito].
40. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Fundação da Universidade de S. Paulo: inauguração official: inicio dos cursos superiores*. São Paulo: Duprat, 1917.

